

(SOBRE)VIVER EM TEMPOS DE BARBÁRIE E DE HORROR: MATIZES DO “TEOR TESTEMUNHAL” EM *UM DEFEITO DE COR*, DE ANA MARIA GONÇALVES

SURVIVE IN TIMES OF BARBARISM AND HORROR: NUANCES OF TESTIMONY IN *UM DEFEITO DE COR*, BY ANA MARIA GONÇALVES

DIAS, Giselia Rodrigues
CAMARGO, Flávio Pereira

Resumo: Este artigo discute alguns vieses e matizes dos quais se revestiram aquilo que Márcio Seligmann-Silva (2005) designa “teor testemunhal”, na configuração das memórias de uma (ex-)escrava, protagonista do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2006). Para tanto, a metodologia contempla os estudos teórico-críticos formulados por Gagnebin (2009), Ginzburg (2010), Seligmann-Silva (2001), Bosi (2003), dentre outros. Os resultados reafirmam a importância e a urgência não somente de expor, mas de questionar e problematizar as diversas manifestações do horror e da barbárie, a fim de serem rejeitadas quaisquer formas de abjeção. Assim, a conclusão a que podemos chegar é que o romance selecionado pode ser considerado um triunfo que resiste ao esquecimento da catástrofe, principalmente, aquela que se acha relacionada ao regime escravocrata que vigorou no Brasil, até o século XIX, e que ainda encontra ressonâncias nos dias atuais.

Palavras-chave: Opressão. Mulher negra. Resistência.

Abstract: This article discusses some of the nuances of what Márcio Seligmann-Silva (2005) describes as “testimonial content”, in the configuration of the memories of a (former) slave, protagonist of the novel *Um defeito de cor*, by Ana Maria Gonçalves (2006). The methodology considers the theoretical-critical presupposes formulated by Gagnebin (2009), Ginzburg (2010), Seligmann-Silva (2001), Bosi (2003), among others. The results of the analysis point out to the importance and urgency of exposing, questioning and problematizing the manifestations of horror and barbarism, so that any forms of abjection can be rejected. The conclusion that we can get to is that the selected novel can be considered a triumph which resists against forgetfulness of the catastrophe of slavery in Brazilian society until the nineteenth century and that still finds resonances in the present day.

Keywords: Oppression. Black woman. Resistance.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Publicado em 2006 pela Editora Record, o romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, coloca em relevo, por meio de um doloroso teor testemunhal, a representação estética de uma personagem triplamente estigmatizada: mulher, negra e ex-escrava. Como observa Regina Dalcastagnè (2008, p. 87), “a literatura contemporânea, reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira”. Um dos casos excludentes é o “da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87).

Tal constatação fundamenta-se em uma ampla pesquisa realizada sob a coordenação da professora e pesquisadora Regina Dalcastagnè, sobre a personagem do romance brasileiro contemporâneo, cujo recorte se detém na prosa de ficção nacional publicada nas grandes editoras (Companhia das Letras, Record e Rocco), no período de 1990 a 2004. Os resultados da análise de 258 romances apontaram alguns dados profundamente alarmantes. Dentre os quais aqueles que indicam que, em sua maioria, as personagens do romance brasileiro contemporâneo são brancas, de classe média e do sexo masculino. Poucos são “os autores negros e poucas, também, as personagens” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87), principalmente quando se abstraem narradores e protagonistas. Desse modo, a escolha do romance de Ana Maria Gonçalves (2006), cujo enredo afasta-se de uma representação estereotipada do negro, não é aleatória, pois:

Se os dados agregados da pesquisa de “mapeamento” do romance brasileiro recente revelam a baixa presença da população negra entre as personagens – além de sua representação estereotipada –, o exame das exceções pode permitir a compreensão das potencialidades e dos limites das (poucas) abordagens do tema. (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 87)

Um defeito de cor constitui uma destas exceções. Este romance, além de alcançar grande receptividade junto à crítica e ao público leitor, também foi um dos vencedores, no ano de 2007, do importante prêmio “Casa das Américas”, na categoria de melhor romance brasileiro, por evocar, segundo as apreciações do júri, contextos históricos variados. Há que se sublinhar que este prêmio, no ano de 1969, instituiu uma pauta sobre “testemunho” (*testimonio*), especialmente voltada para as produções literárias da América Latina. O conceito de *testimonio*, de acordo com Márcio Seligmann-Silva (2001), apresenta um contorno específico para a complexa noção de testemunho, que aqui se faz necessário trazer à tona.

Enquanto no “âmbito alemão” (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 68) a acepção de *Zeugnis* (testemunho em alemão) – vincula-se ao “trabalho de memória em torno da Segunda Guerra Mundial e da Shoah” (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 68), na América Latina o *testimonio* volta-se para as produções literárias cujo “ponto de partida são as experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos a perseguição aos homossexuais também tem sido pesquisada”. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 68).

Nos estudos teóricos de *Zeugnis*, ganha centralidade a *Shoah*: termo largamente recorrido em substituição a “holocausto”, por afastar-se da dimensão sacrificial que este último encerra. De acordo com Seligman-Silva (2001, p. 70), um traço recorrente nesta concepção teórica é a tentativa de afirmação da “radical unicidade/singularidade” da *Shoah* em relação a outras catástrofes, que a coloca “para além de toda compreensão”. A despeito da magnitude da *Shoah*, o estudioso alerta sobre os equívocos de se estabelecerem hierarquias entre catástrofes. Isso porque, dentre uma miríade de aspectos, em si tratando de testemunho, opera-se a reatualização do ponto de vista subjetivo de quem ouviu ou esteve presente no ocorrido catastrófico, e tal intensidade não se discute em termos numéricos.

Já na América Latina, o campo da crítica que se volta para literatura de testemunho, consolida-se, sobretudo, a partir dos anos sessenta. Nesse âmbito, o conceito de *testimonio*, segundo Seligman-Silva (2001), desenvolve-se por meio de um discurso literário que, essencialmente construído pelas vozes e olhares dos oprimidos, que questionam, interpretam e expõem à crítica um abrangente contexto sócio-histórico, político e cultural rasurado pela opressão e, principalmente, pela violência das ditaduras.

É possível observar, assim, que as estratégias de apresentação do *testimonio*, afastam-se, essencialmente, da poética da fragmentação característica de *Zeugnis*. Como aborda Valéria de Marco (2004), ao aprofundar as discussões sobre a tensão entre catástrofe e representação, no plano literário, um aspecto do discurso testemunhal que vem à tona – na acepção de *Zeugnis* – é o poder de expressão da palavra diante do impasse de dizer o indizível. Embora haja, segundo a autora, uma corrente da crítica literária da *Shoah* que não se restringe à produção dos sobreviventes, quase sempre o que se observa, tanto na recuperação factual pela memória de quem vivenciou o horror, quanto pela experiência do aniquilamento, racionalmente gerida pelo “outro”, é que avulta-se, em ambas, uma “radical ausência de qualquer abrigo”. (MARCO, 2004, p. 63). Em outros termos, impõe-se, uma fratura profunda entre o escritor e sua língua, principalmente pela “dificuldade de encontrar palavras para relatar a aniquilação do homem”. (MARCO, 2004, p. 63). De modo que, pela fragilidade da linguagem, “costuma-se ler apenas a alusão ao indizível”. (MARCO, 2004, p. 63).

Na acepção de *detestimonio*, ainda de acordo com Marco (2004), as tensões que configuram o texto literário – o embate entre o fictício e o factual, entre a literariedade e a literalidade, entre a linguagem poética e a prosa referencial –, frequentemente emanam do convívio entre o discurso da testemunha, comumente um excluído das esferas de poder e

saber na sociedade, e um editor que elabora/organiza o discurso de um “outro”. Demodo que, um dos desafios para a crítica que se debruça sobre a questão testemunhal, na perspectiva de Ginzburg (2010, p. 27), é lidar com a transgressão dos “modos canônicos de propor o entendimento da qualidade estética, pois é parte constitutiva de sua concepção um distanciamento com relação a estruturas unitárias e homogêneas”.

Muito embora não seja propósito deste estudo desenvolver uma reflexão aprofundada sobre o testemunho, julgamos proveitoso para as reflexões sobre a tonalidade testemunhal que se evidenciam o processo de autorrepresentação da protagonista negra de *Um defeito de cor*, recorrer à aproximação semântica, estabelecida por Seligmann-Silva (2005), entre as noções de “testemunha” como “testis” e como “superstes”. Ao passo que *superstes* “remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 79), em *testis* observa-se “as regras da evidência, da “lei do olho” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 79), uma vez que a testemunha, neste caso, seria uma “terceira pessoa” e não aquela que sobrevive ao fato, como em *superstes*.

Contudo, sem reduzir a noção de testemunha a um paradigma visual ou auricular, compartilhamos do pensamento de Gagnebin (2009, p. 57) quando aponta para uma necessária ampliação deste conceito. Como sublinha a autora, a testemunha seria não só aquela que viu “com seus próprios olhos”, mas também:

[...] seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado podem ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Essa necessidade de “lutar contra o esquecimento e a degeneração”, recorrendo mais uma vez às palavras de Gagnebin (2009, p. 47), é “uma luta altamente política”, pois também consiste em “lutar contra a repetição do horror”. Essa luta, no romance *Um defeito de cor*, traz à tona o olhar da protagonista, uma negra dilacerada pela catástrofe da escravidão institucionalizada que, enquanto testemunha dos extremos de desumanidade, descortina e expõe à crítica as profundas fissuras do contexto escravocrata que vigorou no Brasil até o século XIX. De modo que, no enredo desta obra, é possível afirmar que o teor testemunhal

aparece em consonância com aquilo que Bosi (2003, p. 47) caracteriza como “força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”.

Nesse sentido, é curioso observar como o prólogo do romance de Ana Maria Gonçalves (2006) coloca em questão inusitado processo de composição do seu universo diegético. A autora explicita que em uma viagem realizada à Bahia, a fim de obter informações mais pontuais sobre a Revolução Malê, ocorrida em Salvador, no ano de 1835, inesperadamente, encontra um volume de papéis envelhecidos contendo o que seria, segundo ela, em grande parte, o conteúdo do romance:

Acredito que poderia assinar este livro como sendo uma história minha, toda inventada — embora algumas partes sejam mesmo, as que estavam ilegíveis ou nas folhas perdidas, [...] provavelmente a autoria nunca seria contestada, pois ninguém até então sabia da existência dos manuscritos, nem em Itaparica nem alguns historiadores de Salvador para quem os mostrei [...]. Mesmo porque esta pode não ser uma simples história, pode não ser a história de uma anônima, mas sim de uma escrava muito especial, alguém de cuja existência não se tem confirmação, pelo menos até o momento em que escrevo esta introdução. (GONÇALVES, 2006, p. 7)

A despeito da não confirmação de tal existência, o que insistimos em dar relevo é à importância do olhar de quem sofre a opressão no romance selecionado, de modo fascinante, lança-se sobre este desafio, permitindo-nos entrever aquilo que se poderia chamar “papel fundamental da literatura na constituição de valores humanistas e no fomento aos direitos humanos” (GINZBURG, 2010, p. 16). Longe de reiterar estigmas, a reconstituição memorialística do fio de vida da protagonista coloca em xeque múltiplas formas de resistência à opressão, à brutalidade e à dor. Como constata Ginzburg (2010, p. 5):

A violência pode causar impacto traumático, individual ou coletivo, e as consequências desse impacto alcançam danos em dor corporal, nas relações entre corpo e linguagem, no campo da memória, na capacidade de percepção, e esses elementos podem se manifestar na constituição de narradores e personagens em obras articuladas com contextos autoritários.

Embora a violência, como afirma Ginzburg (2010, p. 5) possa “remover dos seres humanos as condições de integridade necessárias para explicitação de direitos humanos”, por outro lado, pode “a literatura ocupar a posição de configuração de voz e resistência”. Logo, algumas inquietações a respeito de *Um defeito de cor* se tornam oportunas e podem ser tomadas como uma via de acesso possível a este romance: quais os principais recursos estéticos

mobilizados na configuração a personagem negra na tessitura da narrativa? Como se dá a textualização das suas memórias? Como se constrói, nos processos de alteridade, a identidade desse sujeito? Em “contexto autoritário”, qual a correlação entre indivíduo, identidade e espaço opressor? A estes e outros questionamentos buscaremos refletir nas discussões se seguem.

***Um defeito de cor* : “Teor testemunhal” como monumento, resistência e dor**

Estruturalmente organizado em dez capítulos, o enredo de *Um defeito de cor* centra-se na reconstituição do fio de vida de Kehinde, desde a infância na África, à captura como escrava e o deslocamento forçado para o Brasil até a compra da alforria e o retorno ao território de origem como influente comerciante. É o pressentimento da morte e o desejo de abençoar mais uma vez o filho desaparecido no Brasil que a motiva deslocar-se, pela última vez, da África para o Brasil e fazer com que o registro da narração memorialística lhe chegue nas mãos. Assim, à medida que, na cabine do navio, vai ditando os eventos rememorados, a sua acompanhante, Geninha, os coloca no papel:

Tive a idéia de fazer este relato três dias antes da partida, quando pedi a ajuda da Geninha e mandei comprar papel. O que eu imaginava ser uma carta de dez, doze páginas, porque sabia que não viveria até te encontrar, já se transformou em tantas que nem temos coragem ou tempo para contar, colocadas em uma pilha enorme aqui ao lado da minha cama. Sorte que percebemos isso ainda antes de embarcar, quando então mandei comprar mais papel, muito mais, a Geninha acaba de me avisar que nem foi tão exagerado quanto imaginamos a princípio. (GONÇALVES, 2006, p. 585)

O objetivo explícito desta narração, que aos poucos assume as feições de uma carta, seria reestabelecer alguns laços afetivos entre mãe e filho, esgarçados em virtude do desaparecimento deste no Brasil. Frustradas as expectativas que tivera ao longo da vida a protagonista, agora sem forças físicas para continuar a procura, atribui à Geninha o encargo de fazer com que o texto chegue às mãos do destinatário. Não se sabe, entretanto, se este último desígnio foi cumprido, pois a narrativa, cujo final fica em aberto, se encerra no momento em que o navio aporta no litoral brasileiro. Todavia, é curioso notar, como a narrativa, para além de um “testamento” deixado ao filho desaparecido se configura como tentativa de afirmação identitária e de organizar como discurso e memória, principalmente, as diversas formas de violência sofrida.

Como afirma Ecléa Bosi (2003, p. 46) “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações”. Isso se torna possível porque “o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 2003, p. 47). É nesse atravessamento de temporalidades, vivências e percepções subjetivas que o olhar de Kehinde, octogenária, descortina formas de resistência à opressão e a dor.

As pessoas idosas, segundo Ecléa Bosi (2003, p. 60), “já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas, já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis.” Logo, “neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”. (BOSI, 2003, p. 63). É estepapel de porta-voz de uma tradição que Kehinde, enquanto narradora idosa, desempenha em seu processo de narração.

O início da narrativa sinuosa, marcada pelo ritmo da memória, traz à tona a evocação das catástrofes que marcaram a infância desta protagonista. As irreparáveis perdas da mãe e do irmão, brutalmente assassinados em Savalu, ocasionam o primeiro deslocamento das sobreviventes para Uidá, cidade localizada na costa ocidental da África. É neste destino que serão capturadas e transportadas em condições subumanas no porão de um navio para serem vendidas como escravas no Brasil. A avó e a irmã não sobrevivem. Desterrada, a primeira atitude de resistência de Kehinde é a recusa a ser batizada como cristã antes de pisar em solo brasileiro:

O que sabia iorubá disse para eu falar o meu nome direito porque não havia nenhuma Kehinde, e eu não poderia ter sido batizada com este nome africano, devia ter um outro, um nome cristão. Foi só então que me lembrei da fuga do navio antes da chegada do padre, [...] A Tanisha tinha me contado o nome dado a ela, Luísa, e foi esse que adotei. Para os brancos fiquei sendo Luísa, Luísa Gama, mas sempre me considerei Kehinde. O nome que a minha mãe e a minha avó me deram e que era reconhecido pelos voduns, por Nana, por Xangô, por Oxum, pelos Ibêjis e principalmente pela Taiwo. Mesmo quando adotei o nome de Luísa por ser conveniente, era como Kehinde que eu me apresentava ao sagrado e ao secreto. (GONÇALVES, 2006, p. 43)

É possível identificar na fala da personagem o traço relacional da identidade. Woodward (2007, p. 8) observa que “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”. A exigência do batismo e da troca de nomes africanos por nomes cristãos manifesta um potencial altamente

simbólico, pois não só explicita a negação da identidade destes indivíduos, como evidencia, nestas relações de poder, a abjeção. Na lúcida acepção de Kristeva (1982, p. 2), “do objeto, o abjeto tem somente uma qualidade – aquela de opor ao eu. O abjeto, [...] objeto baixo, é radicalmente um excluído e me lança lá onde o sentido desmorona” (KRISTEVA, 1982, p. 2). Esta zona de exclusão na qual se instala o abjeto “constitui o limite definidor do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida” (BUTLER, 2010, p. 155). É essa consciência da abjeção que desperta em Kehinde a indignação e o impulso de resistência:

Olhando para um deles [escravos], que tinha tombado perto de mim, o corpo caído de costas e se debatendo, meu peito foi ficando apertado com a visão do riozinho de sangue, ao mesmo tempo em que nascia uma revolta muito grande pela nossa condição. Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais (GONÇALVES, 2006, p. 90)

É interessante notar como, no excerto transcrito, a escrita testemunhal aproxima-se da tarefa que Gagnebin (2009, p. 79) denomina “transmissão e reconhecimento” daquilo que “há de ser transmitido porque não pode ser esquecido”. Para além de um relato de desventuras, o processo de narração evidencia uma consciência altamente política, pois “lutar contra o esquecimento e o recalque” é, de acordo com Gagnebin (2009, p. 79) “lutar igualmente contra a repetição e pela rememoração”. Enquanto *superstes*, isto é, sobrevivente às incongruências da escravidão Kehinde, ou Luísa, como era conhecida pelos brancos, desnuda inúmeras atrocidades deste processo.

Desde as condições subumanas de sobrevivência, aos mecanismos de poder engendrados para manter o funcionamento do sistema escravista, a narradora esboça um imenso quadro rasurado pela violência e pela dor que escapam às possibilidades de realização linguística. Assim que chega ao Brasil, Kehinde, ainda criança, é vendida como escrava a fim de prestar serviços como mucama, isto é, servir à filha de seu dono, em uma fazenda na Ilha de Itaparica. É neste espaço desagregador que, junto a outros escravos, potencializa-se a condição de abjeção. No domínio do abjeto, aquela zona que, segundo Butler (2001), situa-se aquém da constituição do sujeito, os corpos/identidades destes escravos, sob requintes de crueldade, eram submetidos às abusivas imposições de quem os comprou. Esse processo de desumanização é levado às últimas consequências, não só quando aqueles indivíduos indóceis são castigados fisicamente ou expurgados daquele meio hostil pela

morte brutal, mas também pelo trauma profundo que imprime na consciência dos que vivenciaram/presenciaram o horror.

O trauma, nas palavras de Gagnebin (2009, p. 110) “é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito”. É essa cisão profunda que se afigura na constituição da personagem protagonista enquanto testemunha dos eventos catastróficos que vivenciou, sendo um dos quais, o estupro de que fora vítima por parte do senhor de engenho que a comprou:

Mas, além disso, da insistência, ele [o senhor] conseguiu ser muito mais vingativo do que eu poderia imaginar, ao entrar no quarto e dizer que a virgindade das pretas que ele comprava pertencia a ele, e que não seria um preto sujo qualquer metido a valentão que iria privá-lo desse direito, que este tipo de preto ele bem sabia o tratamento de que era merecedor. Dizendo isso, me buscou na sala e me levou para o quarto, segurou o meu queixo e fez com que eu olhasse para o canto onde estava a pessoa a quem ele se referia quando falava de um preto sujo qualquer. Ou o que restava do Lourenço [noivo de Kehinde]. (GONÇALVES, 2006, p. 108)

A monstruosidade deste ato assume contornos desmedidos quando evidencia-se que tanto a protagonista fora violentada e ficara grávida, quanto o seu noivo, Lourenço, fora estuproado e tivera o órgão genital decepado. É profundamente doloroso notar que retorno do passado, como neste caso, “nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 9). É nesse sentido que a rememoração desta absurda agressão irrompe no presente da narração como sombras que pairam sobre um abismo intransponível e se projetam para além da ficção. Todavia, contraditoriamente aotom melancólico que se poderia esperar de uma tessitura narrativa que se torna frágil diante de tais absurdos, o se observa ainda é uma tonalidade esperançosa de quem, a despeito de tudo, busca resistir.

Em *Luto e melancolia*, por exemplo, Freud investiga a melancolia, por meio de aproximações à noção de luto, e a caracteriza como “um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima” (FREUD, 2011, p. 47). Nesse estado patológico de “perturbação do sentimento de autoestima” residiria, segundo Freud (2011), um dos traços distintivos da melancolia em relação ao luto, uma vez que este, “via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar, como pátria, liberdade, ideal etc.” A possibilidade de ser “tão bem” explicado, é que distancia

o luto, de acordo com Freud (2011), de um comportamento patológico, tal como observa-se na melancolia.

Por meio de um processo narrativo que coloca em relevo o heroísmo e o entusiasmo em detrimento da melancolia, ganha relevo, por parte da protagonista, algumas tentativas de superação dos quadros terrificadores esboçados. Dentre elas merecem destaque as práticas místicas que se realizavam às escondidas do olhar vigilante dos senhores e capatazes e, principalmente, a busca de saberes/poderes ao espreitar as aulas particulares ministradas pelo professor Fatumbi à “sinhazinha”, filha deseu agressor:

As aulas eram dadas na biblioteca, que ficava atrás de uma das portas do imenso corredor, uma que eu nunca tinha visto aberta antes. Fiquei feliz por poder assistir às aulas na qualidade de acompanhante da sinhazinha, e tratei de aproveitar muito bem a oportunidade [...]. Enquanto a sinhazinha Maria Clara copiava as letras e os números que o Fatumbi desenhava no quadro-negro, eu fazia a mesma coisa com o dedo, usando o chão como caderno. Eu também repetia cada letra que ele falava em voz alta, junto com a sinhazinha, sentindo os sons delas se unirem para formar as palavras. Ele logo percebeu o meu interesse e achei que fosse ficar bravo, mas não; até quase sorriu e passou a olhar mais vezes para mim, como se eu fosse aluna da mesma importância que a sinhazinha. Comecei a aprender mais rapidamente que ela, que muitas vezes errava coisas que eu já sabia. As três horas de aula todas as tardes passaram a ser para mim as mais felizes do dia, as mais esperadas, [...] (GONÇALVES, 2006, p. 56)

Esta oportunidade de que a personagem “trata de aproveitar muito bem” será de fundamental importância para o seu empoderamento. Ela não só aprende a ler, a escrever, a calcular e a falar inglês e francês, como se mantém informada sobre os últimos acontecimentos políticos e econômicos espiando pelas frestas de portas e janelas. Desse modo, concordamos com Dalcastagnè (2008, p. 101) quando afirma que este romance busca fugir do modelo “pobre escravo da senzala” para apresentar, em detalhes, a vida e as possibilidades de uma escrava instruída, que aproveita todas as brechas para aprender e conquistar sua liberdade, inclusive como mulher”.

Após a morte do senhor de engenho que a violentara, cuja causa fora atribuída às práticas místicas realizadas pelos negros da senzala, a protagonista se torna “escrava de ganho” em São Salvador. A pequena parte que lhe tocava do dinheiro angariado com a venda dos biscoitos ingleses, somada à eventualidade de ter encontrado ouro em pó, pepitas e pedras valiosas em uma estátua recebida como presente de uma ex-escrava amiga, narradora compra a própria carta de alforria juntamente com a do filho, Banjokô, fruto da referida violação.

Após a alforria, a narrativa traz o recorte memorialístico de como Kehinde uniu-se a um influente comerciante português, tornando-se proprietária de panificadora na cidade de São Salvador. Desta união nascerá o segundo filho, Omotunde, que por sua vez, pelas pistas fornecidas ao longo da leitura, saberemos ser o filho desaparecido a quem as memórias são dedicadas. Após a morte acidental do primogênito a narradora engaja-se na luta contra a escravidão. É a participação ativa na liderança da rebelião histórica, ocorrida no ano de 1835 em Salvador, que causará uma grande modificação no trajeto de vida da personagem. O recrudescimento da perseguição aos rebeldes sobreviventes será a causa da fuga da protagonista para a ilha de Itaparica e posteriormente para o Maranhão. Nesta tentativa de escape o contexto autoritário e opressor é que reside o efetivo desligamento entre mãe e filho que fora deixado aos cuidados do pai, mas provavelmente vendido, por este, para saldar dívidas contraídas em jogos:

É doloroso falar dessas coisas, dói demais a lembrança daqueles dias, pois voltei imediatamente para a capital, aproveitando a companhia do Tico. De repente, tudo o mais perdeu a importância, os muçurumins, os federalistas, a Cemiterada, a fuga para Itaparica, a viagem para o Maranhão, a Roça da sinhá Romana, os voduns. Tudo aquilo só tinha feito com que eu me afastasse, permitindo que você fosse tirado de mim. Ao mesmo tempo que eu tinha esperança de te encontrar, achava que era para nunca mais [...]. Mas foi bom ter esperanças, pois acho que o destino resolveu aliviar a mão agora, e por isso não hesitei em deixar tudo para trás e partir. (GONÇALVES, 2006, p. 402)

A partir da exteriorização da dor latente advinda do desaparecimento do filho, a narrativa assume um ritmo acelerado, que por sua vez coincide com o início de um contínuo deslocamento em busca de possíveis pistas de Omotunde. Frustradas as procuras realizadas em Santos, São Paulo e Campinas é ainda a esperança de que o filho possa ter partido para a África que a motiva retornar ao seu território de origem. De volta, o que se nota, mais uma vez, é o esfacelamento de sua identidade. Ela é Kehinde, mas estabelecida na África se reconhece pelo nome adotado no Brasil, acrescido de dois sobrenomes que também não são de origem africana: “Andrade Ferreira”. Kehinde/Luísa une-se a um importante comerciante inglês, com quem tem dois filhos. Estes, não só recebem nomes e batismo “cristãos”, João e Maria, como são educados na França.

Os trânsitos empreendidos pela personagem, desde à captura como escrava até a perseguição aos vestígios de informações a respeito do filho desaparecido, não se configuram apenas como deslocamentos geográficos, mas também culturais, sociais, econômicos, que imbricados, confluirão para uma “identidade plural” (WOODWARD, 2007, p. 21).

Há que se sublinhar, assim, que a “ambiguidade é o que dá força à personagem, ainda que a estrutura épica da narrativa pareça transbordar à sua volta, fazendo-a sempre mais poderosa diante das adversidades” (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 101). A espécie de carta-testamento deixada ao filho desaparecido, não só é uma tentativa de justificar os motivos pelos quais o deixou, uma vez que se afigura também como uma forma de afirmação identitária e de valorização cultural. Nesse sentido, é curioso colocar em destaque a seguinte passagem em que a narradora fala daquilo que sabe e pode sobre a sua religião:

Tenho a impressão de que você [Omotunde] não sabe muitas coisas sobre voduns, o que não é bom, porque poderia ter se valido da proteção deles. Os da nossa família são muito fortes. Portanto, espero que ainda não seja tarde, e peço um pouco mais de paciência para contar o que sei e posso. Assim que cheguei a São Luís, foi feito o assentamento do vodum da Nega Florinda, em uma cerimônia que não pude acompanhar por ainda não estar preparada. Mas vi muitas outras cerimônias e vou contar parte de algumas delas, que com certeza não parecerão tão bonitas quanto de fato são, pois muito se perde ao descrever algo que só os olhos podem aprisionar, quase nunca as palavras. (GONÇALVES, 2006, p. 382)

A narração destas experiências, enquanto um processo de redescoberta do passado é, segundo Woodward (2007, p. 10), “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações”. Nestes rastros de memória, um elemento simbólico que, dentre outros aspectos excludentes emergem, é a cor da pele destes sujeitos estigmatizados. Como constata Woodward (2007, p. 9), “a identidade é marcada pela diferença” e esta, sustentada pela exclusão, pode consistir na adiposidade do corpo, na textura do cabelo, no desejo/práticas homoeróticas, na marca de um produto consumido, ou no caso da protagonista, na pigmentação epidérmica. Logo, nos processos de alteridade, ser negro, no contexto em que se situam os eventos narrados – século XIX – como sugere o título, constituía um defeito de cor:

Eu achava que era só no Brasil que os pretos tinham que pedir dispensa do defeito de cor para serem padres, mas vi que não, que em África também era assim. Aliás, em África, defeituosos deviam ser os brancos, já que aquela era a nossa terra e éramos em maior número. O que pensei naquela hora, mas não disse, foi que me sentia muito mais gente, muito mais perfeita e vencedora que o padre. Não tenho defeito algum e, talvez para mim, ser preta foi e é uma grande qualidade, pois se fosse branca não teria me esforçado tanto para provar do que sou capaz, a vida não teria exigido tanto esforço e recompensado com tanto êxito. Eu me sinto muito mais orgulhosa de ter nascido Kehinde do que sentiria se tivesse nascido padre Clement [...] (GONÇALVES, 2006, p. 572).

A perspectiva do negro a respeito de si, como se podenotar na construção discursiva da narradora, é de fundamental importância para o questionamento e a desestabilização das formas múltiplas de violência, social, psicológica, simbólica, física, arraigadas socialmente. Aprofunda estigmatização que se assenta no pensamento excludente de que exista um “defeito”, por um lado reitera a hegemonia de uma e conduz à abjeção aqueles sujeitos que possuem uma coloração da pele diferente. Se são abjetos, a humanidade destes indivíduos é solapada. Logo, as memórias de Kehinde/Luísa ressoam como um grito de resistência de uma voz que ainda se precisa fazer ouvir.

Como testemunha da dor, da catástrofe e de cruas formas de desumanidade experimentadas, sobretudo, pelo “defeito de cor”, o próprio processo de construção discursiva das memórias do horror é colocado em questão. Um dos momentos significativos que interessa-nos destacar situa-se nos instantes finais da narrativa, quando da última viagem da narradora, da África ao Brasil:

Há muitas outras histórias nesse meio tempo, mas acabo de ouvir o apito do navio avisando que já chegamos, e, se ainda me lembro, temos mais alguns minutos até a aproximação e o trabalho do práctico[...]. Se eu tivesse mais tempo e mais forças, gostaria de continuar contando tudo o que nos aconteceu enquanto [...] eu esperava a morte chegar e era cuidada pela Geninha [...]. Andei muito doente nos últimos três anos, e só não morri porque o encontro já estava marcado para daqui a pouco, assim que eu terminar esse meu pedido de desculpas. (GONÇALVES, 2006, p. 607)

O final em aberto da longa narrativa, mais uma vez frustra as expectativas do leitor. Embora a narradora explicitamente possua pistas mais concretas da localização do filho é ainda o questionamento sobre a possibilidade de as memórias terem ou não chegado às mãos deste destinatário que fica para o leitor. Entretanto, para além desta indagação, o que avulta mais uma vez é o desnudamento da fragilidade das possibilidades discursivas ante o limiar da morte. Mas talvez seja, dentre múltiplos outros aspectos, e aqui recorrendo novamente ao pensamento de Gagnebin (2009), no esforço épico de “lutar contra o esquecimento”, que reside uma das grandezas destas tessituras de dor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da constatação de estudiosos e críticos contemporâneos, como Dalcastagnè (2008) de que o campo literário brasileiro é “tão excludente quanto a sociedade que o abarca”, elegeu-se como objeto de análise, neste estudo, o romance de Ana Maria Gonçalves (2006) *Um*



defeito de cor. Uma das formas férteis de aproximação deste objeto estético, encontradas no desenvolvimento das discussões, foi viés memorialístico empregado na configuração da personagem negra. Nesse sentido, o que se evidencia é uma prosa cuja matéria testemunhal se afigura não só como tentativa de deixar um legado que explicita/justifique os motivos pelos quais a narradora se distanciou, definitivamente, do filho no Brasil, mas também como tentativa de dar organicidade enquanto discurso e memória às diversas formas de violência de que foi vítima, principalmente aquelas relacionadas à bárbara escravidão aqui no Brasil.

Capturada quando criança, na África, e vendida com escrava no Brasil, a experiência terrificadora das mais cruas formas de violência engendradas pelo autoritarismo do opressivo contexto da escravidão, tanto imprime marcas profundas na consciência da personagem quanto atravessará o processo de construção da sua consciência política. Afastando-se do modelo estereotipado de “escravo da senzala”, para fazer uso novamente do termo de Dalcastagnè (2008, p. 101) tem-se no amplo quadro esboçado na narrativa, a imagem de escrava que comprara a liberdade, lutara pela liberdade coletiva e se tornara comerciante influente, cujo nome se tornara grandemente conhecido na África e no Brasil.

A tentativa de escape às perseguições desencadeadas pela efetiva participação da narradora em uma revolta de escravos que ocorrera no ano de 1835, em Salvador, constituiu o motivo pelo qual, o filho Omotunde foi deixado com o pai. Provavelmente vendido como escravo, mãe e filho durante a vasta temporalidade que compreende a narrativa, cerca de oito décadas, não voltam a se encontrar. Apesar da dor que permeia esse distanciamento, não é a tonalidade melancólica ou o sentimento de impotência, que predomina nos relatos, mas a imagem da força, do heroísmo, que se projetam para além dos “limites” do que a propósito seria uma carta-testamento, destinada ao filho desaparecido.

O movimento circular das viagens empreendidas pela protagonista ao longo de seu percurso existencial – África-Brasil-África-Brasil – longe de ser apenas uma mobilidade geográfica reitera a necessidade de afirmação da identidade plural desta personagem. A troca de nomes próprios apresenta, nesse sentido, um potencial simbólico muito grande: Kehinde que também é Luísa traz as marcas profundas da barbárie da escravidão. Estas, por sua vez, se fundem à imagem heroica de uma rica comerciante que, à iminência da morte, escolhe deixar o território de origem para respirar “os ares do Brasil” (GONÇALVES, 2006, p. 612) e abençoar o filho desaparecido, muito provavelmente sem encontrá-lo, mais uma vez.

Nesse sentido, enquanto protagonista e narradora de suas memórias, Kehinde/Luísa distancia-se das imagens estereotipadas de uma negra que tenha sido, desde a infância,

escrava. Muito embora os recortes memorialísticos estejam sombreados pelo autoritarismo que, sob diversas expressões, solapa a humanidade dos sujeitos estigmatizados é o entusiasmo de quem resiste e luta contra o esquecimento do horror que sobressai em cada trauma verbalizado.

Desse modo, o pensamento excludente que se assenta no título do romance, *Um defeito de cor*, é corroído desde as suas bases pela autorrepresentação de uma negra, cujo testemunho de resistência e dor coloca em xeque uma multiplicidade de mecanismos estigmatizantes arraigados, para além da ficção, na sociedade brasileira e africana no século XIX e nas ressonâncias ainda encontradas nos dias atuais. Evidencia-se, assim, a urgência de tematizar, questionar e problematizar possíveis “formas de violação da dignidade humana” (GAGNEBIN, 2009, p. 77) a fim de que elas, como sugere a referida autora, não se repitam. O artefato literário memorialístico de Ana Maria Gonçalves, desse modo, pode ser tomado como um triunfo diante do esquecimento e das fragilidades discursivas daquilo que, em detrimento da barbárie, escapa às possibilidades de verbalização.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.
- DALCASTAGNÉ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: *Revista Estudos de narrativa brasileira contemporânea*. N. 20. Brasília: DF, julho/agosto de 2008, p. 87-110.
- _____. Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambiguidades do discurso. In: *Revista diálogos latinoamericanos*. N. 3. Dinamarca: 2001, p. 114-130.
- FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Tradução de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. Tese (Livre Docência em Literatura). 2010. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record: 2006.
- KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: an essay on abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.
- MARCO, Valéria de. “A literatura de testemunho e a violência de Estado”. In: *Revista Lua Nova*, nº 62, 2004.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. In: *Projeto história*. Nº 30. São Paulo, jun/2005. P. 71-98.

_____. “‘Zeugnis’ e ‘testimonio’: um caso de intraduzibilidade entre conceitos”. In: *Letras*, nº 22, jan.-jun., 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007